



A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
THE PARTICIPATION OF THE MILITARY POLICE IN THE DEVELOPMENT OF TRAFFIC
LA PARTICIPACIÓN DE LA POLICÍA MILITAR EN EL DESARROLLO DEL TRÁFICO

Allan Paulo Bassaco Sacchelli¹

e4104176

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4176>

PUBLICADO: 10/2023

RESUMO

O presente artigo aborda o planejamento e a gestão no trânsito e as suas principais peculiaridades e o papel da polícia militar durante o desenvolvimento de todo esse processo. O objetivo desse artigo é destacar a extrema importância do tema para a formação de pessoas, um verdadeiro senso de cidadania e por essa razão, a participação da polícia militar é vital nesse sentido. A metodologia adotada para a realização do presente tema, é a pesquisa de cunho bibliográfica. A fundamentação foi dividida em duas partes: a primeira cita as dificuldades do trânsito brasileiro e a falta de planejamento, enquanto a segunda etapa denota algumas possibilidades de melhorias no trânsito brasileiro, quem são as pessoas que podem contribuir de maneira efetiva com a resolução dos principais problemas e como a polícia militar consegue se destacar nesse processo. O artigo visa contribuir com uma mentalidade mais específica em relação ao trânsito, quais os valores que devem ser colocados em prática para beneficiar a cidadania e a coletividade e o modo como deve haver uma classe profissional que assegure o cumprimento de todas essas normas, mais precisamente os profissionais que atuam na polícia militar. Nas considerações finais, os leitores podem visualizar como se trata de uma necessidade de educar as pessoas, principalmente utilizando o ambiente escolar, e contando com profissionais especializados para essa prática.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Trânsito. Polícia. Cidadania.

ABSTRACT

This article will address planning and management in traffic and its main peculiarities and the role of the military police during the development of this entire process. The objective is to demonstrate how this is a topic of extreme importance for the formation of people, a true sense of citizenship and for this reason, the participation of the military police is vital in this regard. The methodology adopted for the realization of this theme is a bibliographical research. The rationale was divided into two parts: the first mentions the difficulties of Brazilian traffic and the lack of planning, while the second stage denotes some possibilities for improvements in Brazilian traffic, who are the people who can effectively contribute to the resolution of problems main problems and how the military police can stand out in this process. The article aims to contribute with a more specific mentality in relation to traffic, what values should be put into practice to benefit citizenship and the community and how there should be a professional class that ensures compliance with all these norms, more precisely professionals working in the military police. In the final considerations, readers can visualize how it is a necessity to educate people, mainly using the school environment, and relying on specialized professionals for this practice.

KEYWORDS: Management. Traffic. Police. Citizenship.

RESUMEN

En este artículo se abordará la planificación y gestión del tráfico y sus principales peculiaridades y el papel de la policía militar durante el desarrollo de todo este proceso. El objetivo de este artículo es resaltar la extrema importancia del tema para la formación de las personas, un verdadero sentido de ciudadanía y por ello, la participación de la policía militar es vital en este sentido. La metodología

¹ Polícia Militar do Paraná – PR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

adoptada para llevar a cabo este tema es la investigación bibliográfica. El razonamiento se dividió en dos partes: la primera cita las dificultades del tráfico brasileño y la falta de planificación, mientras que la segunda etapa denota algunas posibilidades de mejora en el tráfico brasileño, ¿quiénes son las personas que pueden contribuir eficazmente a la resolución de los problemas? problemas y cómo la policía militar logra destacarse en este proceso. El artículo pretende contribuir con una mentalidad más específica en relación al tráfico, qué valores se deben poner en práctica en beneficio de la ciudadanía y la comunidad y cómo debe existir una clase profesional que vele por el cumplimiento de todas estas normas, más precisamente profesionales que trabajar en la policía militar. En las consideraciones finales, el lector puede ver cómo es necesario educar a las personas, utilizando principalmente el ámbito escolar, y apoyándose en profesionales especializados para esta práctica.

PALABRAS CLAVE: Gestión. Tráfico. Policía. Ciudadanía.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o planejamento e a gestão no trânsito e as suas principais peculiaridades, como o trânsito representa um dos principais problemas que a sociedade enfrenta na atualidade, e que necessita ser debatido de uma maneira mais intensa por toda a população, e analisar de maneira pormenorizada o papel da polícia militar nesse segmento.

O objetivo é demonstrar como se trata de um tema de extrema importância para a formação das pessoas, um verdadeiro senso de cidadania, e como a educação representa um modelo que pode contribuir de maneira muito efetiva para formar pessoas com uma mentalidade mais específica em relação ao trânsito e seu nível de relevância na vida das pessoas, como se isso não bastasse, a participação de um órgão que fiscalize de maneira efetiva, faz-se necessário, para que o problema do trânsito brasileiro não se torne ainda mais caótico, e isso é o que a polícia militar vem colocando em prática.

A quantidade de óbitos anuais no trânsito brasileiro cresce pelo segundo ano consecutivo. Em 2022, o Brasil apresentou um aumento de 3,35% no total de óbitos registrados no trânsito, totalizando 33.813 mortes por sinistros de trânsito, um aumento de 1.097 óbitos em comparação com os dados de 2021.

A metodologia adotada para a realização do presente tema, é a pesquisa de cunho bibliográfica, tendo sido realizadas diversas consultas em publicações e obras de autores renomados, e que muito contribuiram para a abordagem referente a esse tema específico e sua relevância.

A pesquisa se justifica pelo fato de que milhares de pessoas perdem suas vidas no trânsito brasileiro todos os anos, e poderia sim, haver uma mudança significativa, desde que houvesse um modelo de gestão pública pautado na cidadania, e nos valores voltados a coletividade, e que não se transforma em uma situação ainda mais caótica, graças à efetividade da polícia militar que fiscaliza as ações da população.

A fundamentação foi dividida em duas partes: a primeira cita as dificuldades do trânsito brasileiro e a falta de planejamento, o que necessita ser transformado para que as pessoas de uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

maneira geral, se interessem mais por esse tema, enquanto que a segunda etapa denota algumas possibilidades de melhorias no trânsito brasileiro, quem são as pessoas que podem contribuir de maneira efetiva com a resolução dos principais problemas, como o ensino nas escolas e o engajamento dos mais diversos segmentos sociais.

O artigo visa contribuir com uma mentalidade mais específica dos leitores em relação ao trânsito, quais os valores que devem ser colocados em prática para beneficiar a cidadania e a coletividade, e como se trata de um assunto extremamente abrangente, e que em um minuto pode ser um diferencial para que a pessoa viva ou não, e como existem diversas normas que precisam ser seguidas para o bem de toda a sociedade.

Nas considerações finais, os leitores podem visualizar como se trata de uma necessidade debater o trânsito e suas regras de uma maneira mais ampla, ou seja, educar as pessoas, principalmente utilizando o ambiente escolar, e contando com profissionais especializados para essa prática, e como se trata de um tema que deve ser recorrente na vida de todos, no entanto, é preciso que haja fiscalização e orientação de uma classe profissional específica para essa finalidade.

Enquanto o próprio Código de Trânsito Brasileiro, Anexo I, se ocupou da definição de policiamento ostensivo de trânsito, a qual compreende a função exercida pelas Polícias Militares – com o objetivo de promover a prevenção e repressão de atos relacionados com a segurança pública, além de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito e assegurar a livre circulação e evitando acidentes.

Segundo os dados de mortalidade do Datasus3 (Ministério da Saúde), no período de 2010 a 2019 houve cerca de 392 mil mortes em sinistros de transporte terrestre (STT) no Brasil, englobando atropelamentos, sinistros com bicicletas, motocicletas, automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e outros tipos de veículos terrestres (veículos de serviço e fora de estrada). Os itens adiante apresentam as estatísticas mais relevantes da década em destaque (DATASUS, 2020).

Com referência às modalidades de transporte, observa-se que as faixas etárias mais jovens concentraram as ocorrências de mortes de motocicleta e carro. Sinistros com motocicletas, por exemplo, responderam por cerca de 44% das mortes por sinistros de trânsito da faixa de 15 a 29 anos. As mortes por automóveis são mais altas nesta faixa, mas mantém o patamar alto também nas outras faixas etárias (CNT, 2022).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 As dificuldades do trânsito brasileiro e a participação da polícia militar

O trânsito brasileiro representa um dos principais problemas no cenário atual, são a terceira maior causa de óbito no país, os números oficiais consolidados de mortes no trânsito brasileiro em 2021, segundo os dados, morreram 33.813 pessoas em decorrência do trânsito brasileiro. O número



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

é aproximadamente 3,4% maior que o registrado em 2020, os motociclistas foram os que mais perderam a vida nas vias e rodovias do Brasil.

Foram 11.942 mortes nessa condição. Em seguida estão os ocupantes de automóveis (7.029) e os pedestres (5.349). A faixa etária mais vulnerável, conforme os dados, está entre 20 e 59 anos. Fato este que ocorre devido à falta de um planejamento bem elaborado, nos três pilares para um trânsito seguro, educação, fiscalização e infraestrutura e que se alinhem as necessidades que a população apresenta, no entanto, é de extrema importância que se elenque quais são essas barreiras mais nítidas existentes (Ministério da Saúde, 2021)

Em um primeiro momento, é de extrema importância destacar o crescimento populacional, ou seja, a maneira como as cidades brasileiras apresentaram uma densidade populacional em alta, algumas, em caráter vertiginoso (Andrade Filho, 2015).

Com o aumento da população, a dificuldade para que as pessoas possam circular passa a ser cada vez maior, o grande problema, é que as cidades não estavam preparadas para obterem um aumento significativo, uma vez que, é fundamental que cada localidade apresente uma estrutura qualificada para ele.

Um exemplo muito comum, é o que ocorre nas grandes capitais brasileiras, com destaque para a capital paulista, que apresenta uma quantidade elevada de carros e motos, além claro de ônibus, que levam os trabalhadores para todos os pontos da cidade (Mello, 1999).

Não é preciso dizer que o trânsito nessa localidade é absolutamente caótico, ou seja, a pessoa leva horas apenas para percorrer alguns quilômetros, devido à imensa frota que existe na capital paulistana, isso sem falar das pessoas que vem das cidades satélites sendo que em grande parte do trajeto a sinalização é deficitária ou inexistente.

Uma realidade que acarreta uma série de problemas para a população, e que poderiam ser evitados, se houvesse um planejamento de qualidade, ou seja, uma gestão pública que demonstrasse a capacidade de imaginar o desenvolvimento do município em questão e uma política mais efetiva de educação para o trânsito.

O Código de Trânsito Brasileiro, CTB, estabeleceu claramente uma divisão de responsabilidades e, também, uma concreta parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais. Ficou evidenciado, ainda, que aos municípios concedeu-se alargamento de suas esferas de competência, que foram bastante ampliadas no tratamento das questões de trânsito, considerar, conforme a intenção do legislador, por ser mais estreita a relação entre cidadão e município, este atuaria em melhores condições acerca da segurança viária (Araújo, 2016).

A partir de tal premissa e em face do crescimento e desenvolvimento das áreas urbanas, faz-se necessário atentar para o fato de que tal dinâmica deve ser, cada vez mais, organizada a fim de que haja eficácia e segurança nos deslocamentos dos cidadãos. Sendo assim, os municípios devem promover iniciativas visando garantir



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

ao cidadão o seu direito e a sua necessidade de ir e vir, de forma segura e preservando a sua qualidade de vida (Mello, 1999, p. 55).

Claro que existem algumas barreiras para imaginar como será a curva de desenvolvimento de uma sociedade, ou melhor, de um município, todavia, existem sempre alguns indicadores que necessitam ser levados em consideração, como, por exemplo, os índices de migração de pessoas de outros estados.

São pelas vias públicas que todos os cidadãos transitam, se relacionam e convivem diuturnamente, como pedestres ou condutores de veículos, sendo de fundamental importância o respeito às regras de circulação para segurança e fluidez no tráfego.

Desse modo, visando assegurar a integridade física das pessoas, a preservação do patrimônio público, da propriedade privada, e da ordem nas vias, tem-se que ocorrendo qualquer acontecimento prejudique ou perturbe o normal funcionamento do trânsito, caberá a atuação da polícia militar, órgão estatal de maior capilaridade na sociedade e o único dotado de autoridade de polícia sobre bens e pessoas (Masson, 2015).

Com isso, muitas construções começaram a aparecer, e com elas, a necessidade de se promover melhorias em relação ao tráfego, ou seja, que o deslocamento da população passasse a ser algo mais facilitado, ainda mais em um período considerado como modernista, cujo fator tempo tem que mostrado como um item principal.

Numa simples análise, se observa que as Polícias Militares continuariam a realizar sua missão constitucional no que diz respeito à segurança no trânsito por ser o principal órgão de segurança pública presente nos Estados brasileiros. A única observação a ser feita diz respeito à expressão “com exclusividade”, presente no inciso II, que realmente deveria ser suprimido pois quanto mais agentes exercendo a fiscalização o trabalho torna-se mais eficiente, além de que a previsão para atuação em conjunto com os demais órgãos já encontra amparo no inciso VII (Andrade Filho, 2015).

As pessoas atualmente têm obtido uma quantidade de tempo cada vez menor para a realização dos seus mais diversos afazeres, como, a ida ao trabalho, o que necessita ser abordado com maior intensidade, é como o trânsito caótico altera o psicológico das pessoas.

Em outras palavras, não é difícil imaginar uma situação muito comum no dia a dia de milhares de brasileiros, que é a ida ao trabalho, independentemente do transporte que elas usem, uma vez que, a locomoção das pessoas tem se tornado tão difícil, que em algumas localidades brasileiras, até mesmo andar de bicicleta é considerado complexo e perigoso (Paraná, 2010).

Ao unir um trabalho estressante, dotado de imensas responsabilidades que o profissional possui, está a dificuldade de deslocamento, ou seja, os engarrafamentos, e por essa razão, torna-se um ambiente muito hostil para uma grande quantidade de pessoas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Culminando com os mais diversos tipos de acidentes e contendas entre as pessoas, o trânsito brasileiro, não é novidade para ninguém, como o mesmo ceifa a vida de milhares de brasileiros todos os anos, com as grandes cidades sofrendo com um verdadeiro colapso, de acordo com dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, em 2019, foram registrados 524.060 internações hospitalares decorrentes de acidentes de trânsito no Brasil, sendo que com relação às vítimas fatais, segundo dados do mesmo sistema, ocorreram 30.371 mortes no mesmo período.

Com a evolução da sociedade, impõem-se aos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), novos desafios em busca por soluções inovadoras e ousadas e adequadas aos dias atuais, ainda mais quando se trata de educação para o trânsito, além da participação da polícia militar, na realização de um trabalho ostensivo (Contran, 1998).

Difícil seria imaginar como seria o deslocamento das pessoas no trânsito, sem que houvesse qualquer tipo de fiscalização, desse modo, seria algo de extrema importância que as pessoas passassem a valorizar os esforços que são realizados pelos policiais militares, a fim de que possa deixar o deslocamento da população um pouco mais seguro.

Uma prova disso é a realização das blitzes, ou seja, o ato de fiscalizar as condições em que os veículos se encontram, bem como a capacidade que os condutores possuem de conduzir seus veículos, o que muitas pessoas simplesmente não sabem, é que muitos acidentes são causados por veículos sem a menor condição de estarem circulando pelas vias.

Como se isso não bastasse, não são poucas as pessoas que conduzem veículos sem estarem com a habilitação, ou mesmo sem terem a mesma, e isso se mostra como um problema que necessita ser sanado de uma maneira mais emergencial, e justamente por essa razão, é que esse procedimento chamado blitz é realizado também pela polícia militar, uma vez que, se trata de um grande risco para as demais pessoas terem que dividir espaço nas vias públicas com aqueles que não possuem habilitação para essa finalidade.

Políticas públicas, que denotam como existe a necessidade de se repensar um grave problema de gestão do trânsito brasileiro, principalmente quando se trata de um local, que é de responsabilidade dos municípios, a grande questão, é que os gestores públicos nem sempre investem a quantidade de recursos, não realizam as obras que se fazem necessárias.

O planejamento que deveria ser realizado nas cidades brasileiras, e que raramente foi colocado em prática, aponta problemas graves até os dias atuais, e mais do que isso, a dificuldade de se promover uma transformação em localidades populosas (Contran, 1998).

Não é apenas a questão do aumento da densidade populacional que acarreta em diversos problemas no trânsito brasileiro, o elevado número da frota de automóveis e de motocicletas, bem como a de veículos pesados, como é o caso dos ônibus, por exemplo, algo que em alguns momentos não era considerado como um problema, mas, que de alguns anos vem aumentando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

consideravelmente sendo que o Brasil possuía em 2006, uma frota de 45.029.257 veículos, em 2011 passou para 70.543.535 veículos e em 2021 este número subiu para 111.446.870, um aumento de exponencial no número de veículos transitando nas ruas e rodovias brasileiras. (Fonte IBGE)

Isso pelo fato de que as condições para que a população conseguisse comprar o seu meio de transporte melhorou consideravelmente, e por essa razão, as frotas passaram a ter seu número extremamente ampliado, algo que em alguns aspectos pode ser considerado como um fator positivo, contudo, existe também a necessidade de se observar como a falta de planejamento estratégico deixa de beneficiar a população (Gomes, 2016).

Algo que não existe apenas nas grandes cidades, mas, que se destaca nelas devido à rotina extremamente desgastante para a população, principalmente para aqueles que dependem do transporte público para o trabalho.

O maior número de abertura de postos de trabalho, também representa um fator que deveria servir como indicador, para que os gestores públicos passassem a vislumbrar as dificuldades que a sociedade poderá apresentar no futuro, ou seja, o expoente populacional e as condições de vida que a população necessita (Andrade Filho, 2015).

Como os municípios nem sempre demonstram que possuem capacidade para trabalharem com as questões relacionadas ao trânsito, geralmente, optam por pedirem ajuda para os profissionais que atuam na segurança pública, principalmente por parte da polícia militar.

Não há dúvida da necessidade de o agente policial se fazer presente nos locais de acidente de trânsito para a adoção de medidas processuais e administrativas visando à manutenção da fluidez do tráfego, além obviamente da lavratura do competente boletim de ocorrência, documento público de coleta de dados, identificação de envolvidos e testemunhas, além de uma análise de toda a sinalização viária existente, além das condições do local onde ocorreu o fato, que, por vezes, trata-se de local de crime (Resende; Ferreira, 2009).

Um grupo de profissionais que realmente apresentam um vasto conhecimento em relação às normativas de trânsito, e que buscam colaborar com o município, de acordo com as condições que para eles são oferecidas, isto é, de nada adianta que haja o conhecimento, se não forem ofertadas condições de trabalho que possam ser consideradas como satisfatórias para esse público específico.

Por uma questão lógica, o órgão municipal é o principal componente do SNT para a realização da educação para o trânsito, pois atuará nos problemas locais estando lá na ponta da atuação, devendo realizar as parcerias necessárias principalmente com a Polícia Militar que está presente em quase todos os municípios do país. A educação para o trânsito realizada pelos municípios, constitui em elemento preponderante e vital para a existência de um trânsito seguro (Contran, 2014).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Essas parcerias apenas não podem ser realizadas com grande intensidade, pelo fato de que a polícia militar apresenta uma gama de afazeres, e o principal deles é o combate à criminalidade, por essa razão, não podem ofertar tanta atenção para o trabalho relacionado ao trânsito.

Como se não bastasse o problema da quantidade de veículos e a população cada vez mais intensa, isso no ponto de vista populacional, existem também as pessoas que não conseguem se adequar às leis de trânsito, e isso envolve todos os grupos, principalmente os pedestres.

O fato é que as leis de trânsito brasileira são muito claras, específicas, e que ao serem colocadas em prática, reúnem todas as condições para que possa haver um nível de segurança muito maior para a população, mesmo com os problemas estruturais existentes (Contran, 2014).

Diferentemente de algumas outras normas sociais, que podem ser rompidas ou ignoradas sem que ninguém perceba, as normas de trânsito produzem um efeito imediato, levando sua obediência ou não, à manutenção da qualidade de vida do cidadão e da coletividade, ou a resultados desastrosos. Com isso, o trânsito configura-se em uma notável escola de e para a democracia (Mello, 1999).

Trânsito é sim de competência das Polícias Militares Brasileiras, inclusive uma das mais elementares e, por essa razão, não se podem ser excluídos deste contexto, sendo elas uma das maiores instituições de segurança pública existente no Brasil, presente e atuante nos mais longínquos vilarejos do território nacional.

Certamente que a falta de aplicação de recursos também deve ser considerado como um problema grave, é preciso que se aplique dinheiro na estrutura do município, principalmente nas áreas centrais, onde o fluxo é muito mais intenso, é inadmissível que ainda ocorram acidentes, que pessoas percam suas vidas devido a problemas primários no trânsito que deveriam já ter sido sanados há muito tempo (Gomes, 2016).

Em relação aos recursos, pode-se destacar que é preciso que o transite seja organizado, e para isso, é preciso que haja placas de sinalização, semáforos, agentes de fiscalização, áreas destinadas para o transporte de veículos pesados, para que o trânsito possa apresentar a fluidez que todos necessitam.

Assim como a iluminação também representa algo de extrema importância, para que o trânsito possa ser mais qualificado, haja vista que, os principais acidentes ocorrem no período noturno, onde a visibilidade dos motoristas é muito mais baixa, ou seja, tornam a dirigibilidade muito mais dificultada.

Neste aspecto, a sinalização de trânsito tem papel fundamental, uma vez que sua função é informar e orientar os usuários das vias. O respeito à sinalização garante um trânsito mais organizado e seguro para os condutores e pedestres. Placas, inscrições nas vias, sinais luminosos, gestos e sons compõem o código da sinalização de trânsito (Cristo, 2012).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Assim como a necessidade de haver uma punição um pouco mais rígida para as pessoas que, mesmo sabendo que existe uma lei a ser cumprida, e mesmo não sabendo, podem colocar em risco a vida de outras pessoas, de maneira que existe um código que obrigatoriamente deve ser respeitado por todos.

Entende-se que cabe à Polícia preservar que todos exerçam seus direitos elementares, bem como a proteção da população. Diante disto, quando surgiram as primeiras forças policiais, não se entendia que deveriam exercer apenas o combate ao crime, mas sim os serviços que diziam respeito à convivência ordeira e pacífica, olhando pela moral e bons costumes.

Assim como a necessidade de se idealizar uma reflexão sobre o papel do agente de trânsito, que atua nas estradas estaduais ou federais, como policial rodoviários, ou em outros ambientes locais de comunidades, também atuando diretamente na proposição de atividades que resultem em uma representação social destes agentes, como instrumentos para a manutenção e garantia da ordem e punição dos que cometem crimes.

Falar do servidor público, policial militar, que opta por esta perspectiva laboral, se faz necessário porque há, em muitos discursos de senso comum, uma falsa compreensão de que estes policiais não atuam como a mesma dimensão ostensiva como os outros policiais de comunidades atuam.

Com relação aos aspectos de planejamento que as cidades ofertam e que acabam atrapalhando muito a fluidez do trânsito, e conseqüentemente o trabalho dos policiais que realizam um trabalho voltado ao trânsito, se encontra a malha viária deficitária, a falta de sinalização e o número elevado de veículos sem condições de estarem trafegando.

1.2 COMO PROMOVER MELHORAS NO TRÂNSITO BRASILEIRO

Com tantos problemas que vem sendo desencadeados no trânsito das cidades brasileiras, trata-se de uma verdadeira necessidade promover resoluções, em uma tentativa de melhorar a qualidade de vida da população como um todo (Conceição, 2015).

O primeiro passo é realizar um diagnóstico, isso porque cada localidade apresenta seus problemas em particular, ou seja, não existe uma uniformidade nesse sentido, principalmente em relação ao quesito socialização, que as pessoas passem a ter um conhecimento maior, e o que é mais importante, que possam vir a ser colocados em prática.

Ampliar o número de iniciativas por parte dos municípios é uma questão de extrema importância, nessa questão, a implantação de uma classe profissional que seja especializada em trânsito, representa um avanço significativo na melhora desse problema

Em outras palavras, os agentes de trânsito ainda não existem em grande parte dos municípios brasileiros, uma vez que, investem aqueles que apresentam uma arrecadação um pouco maior, ou seja, que tenha uma densidade populacional mais efetiva (Cristo, 2012).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Contudo, trata-se de um verdadeiro problema de gestão que necessita ser solucionado, em outras palavras, os gestores públicos devem saber avaliar as necessidades que o seu município possuem, e se for o caso, implantarem os agentes de trânsito.

Em 2010, o Governo Federal, criou o PNATRANS é o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, como uma estratégia para reduzir os índices de acidentes no trânsito no país. O plano tem como objetivo integrar ações de diferentes setores governamentais e da sociedade civil para prevenir acidentes, reduzir a violência no trânsito e promover a segurança viária em todo o país.

Entre as medidas previstas no PNATRANS estão à melhoria da infraestrutura viária, a fiscalização e repressão de infrações de trânsito, o aprimoramento da formação e educação de condutores, a valorização da vida e a promoção da cultura de paz no trânsito. O plano é atualizado periodicamente para se adaptar às mudanças na legislação e nas condições do trânsito no Brasil.

Após a criação do PNATRANS em 2010, foram registradas algumas reduções nos índices de acidentes e mortes no trânsito no Brasil, embora a situação ainda seja preocupante. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, verificou-se uma redução de 5,5% no número de mortes por acidentes de trânsito em 2019 em relação ao ano anterior, uma tendência que vem se mantendo nos últimos anos. No entanto, mesmo com a redução, o número absoluto de mortes no trânsito ainda é muito elevado.

Além disso, é importante destacar que o Brasil ainda está longe de alcançar as metas estabelecidas pelo PNATRANS que inicialmente era de reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020, meta esta que não foi atingida.

Todavia, para que isso possa ser concretizado, é de extrema importância que esses profissionais sejam preparados para realizarem um trabalho educativo, e não apenas punitivo, em outras palavras, que a meta seja a disseminação de informações, de conhecimento, e não simplesmente mais motivos para tirar dinheiro do bolso dos brasileiros (Conceição, 2015).

No entanto, como uma intervenção só é possível contando com a participação da sociedade, cabe aos organismos competentes utilizarem seus recursos materiais e humanos para despertarem progressivamente a sociedade para esta causa, existe sempre a necessidade de haver uma conscientização por parte de toda a sociedade, isso pelo bem da sociedade.

O problema é que se tem visto na prática, são iniciativas excepcionais mais isoladas, na forma de auxílio e contribuição dos agentes de trânsito dos municípios, os Policiais Militares, Policiais Rodoviários Estaduais e Federais, com seus próprios esforços implementam projetos de educação para o trânsito realizando palestras em escolas e comunidades próximas às rodovias, na busca incessante de diminuir os acidentes de trânsito (Gomes, 2016).

Essas medidas realizadas de maneira tão isoladas, representa na realidade uma verdadeira perda, uma oportunidade de unir as pessoas em torno de uma causa que apresenta um nível de importância tão elevado, e que deveria envolver todos os grupos, algo que raramente acontece.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

O grande problema que também existe, é a falta de capacitação para os profissionais da segurança pública, que trabalham com o trânsito, uma vez que, se trata de um nível de conhecimento que necessita ser compartilhado para todos (Lamounier, 2005).

Em outras palavras, não é toda a classe da segurança pública, que dispõe do conhecimento necessário, para que se aplique a lei de maneira correta no trânsito, como se isso não bastasse, também existe a questão da falta de profissionais para a realização desse tipo de trabalho, e justamente esse é o principal problema a ser combatido no dia a dia.

A polícia pode ser conceituada como o órgão estatal que possui como principal função a manutenção da ordem e da segurança pública, sempre zelando pela tranquilidade dos cidadãos e pela proteção dos bens, tanto aqueles classificados como públicos, como os bens particulares, prevenindo infrações penais (crimes e contravenções penais). Assim, a atuação ocorre contra aqueles que violam a lei penal, tanto de forma preventiva, como de forma repressiva (Guimarães, 2019).

O que denota a necessidade de haver esse tipo de tema ofertado para os estudantes, um trabalho que em longo prazo, pode acarretar diversos benefícios do ponto de vista social, gerações que já crescerão com uma mentalidade mais positiva e efetiva sobre o trânsito.

Trata-se de um conteúdo que deve ser ofertado por alguém que apresente um nível de conhecimento um pouco mais elevado, de preferência que haja uma formação mais específica para essa finalidade, e que saiba usar uma linguagem que se adapta a realidade de cada estudante (Queiróz, 2003).

Como as escolas brasileiras apresentam uma organização muito melhor para a aceção de informações, é muito importante que haja esse tipo de conscientização por parte dos gestores públicos, e que esses possam trabalhar em conjunto com os educadores.

Até por se tratar de um tema absolutamente atual, e que apresenta uma grande repercussão, é crucial que o alunado, principalmente os que se encontram inseridos no ensino fundamental e médio, possam receber esse tipo de conhecimento, que com o passar do tempo passa a ser absolutamente transformador (Meirelles, 2016).

Educação no trânsito necessita ser um tema abordado de maneira muito mais intensa, e por essa razão, é preciso que haja professores que saibam como detalhar esse tipo de informação, ou que a instituição de ensino busquem parcerias para a realização desse tipo de trabalho.

Seja através de um agente de trânsito, ou mesmo de um policial militar, enfim, um profissional especialista que possui um nível de conhecimento que possa ser considerado como um suporte a ser capaz de ser disseminado para um público maior (Queiróz, 2003).

A inclusão de alguns dos temas mais polêmicos para discussão em sala de aula, é o ambiente propício e adequado para se falar sobre trânsito, e assuntos correlacionados, temas atuais e que serão extremamente úteis para o quesito formação de pessoas para a vida em sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Uma política de trânsito deve ter o cidadão brasileiro como foco de todas as ações. Dentro desta visão cidadã, sendo a segurança no trânsito uma questão mundial grave e urgente e tendo em conta que as estatísticas alarmantes de mortes prematuras em ocorrências de trânsito são assustadoras; faz-se necessário uma intervenção efetiva das esferas estatais e não há como negar a essencialidade do serviço de policiamento do trânsito (Meirelles, 1996).

Muitos países europeus vem fazendo um progresso amplo no sentido de reduzir os acidentes de trânsito, e se mostram como exemplos a serem seguidos aqui também no Brasil.

Levando em consideração que as leis em si não são suficientes para promover mudanças no comportamento humano é preciso que a escola venha assumir sua função política e pedagógica visando proporcionar uma mudança nos comportamentos relacionados ao trânsito.

Compreende-se que o objetivo do trabalho com essa temática não deve voltar-se na formação de futuros motoristas, ciclistas, pedestres, mas sim como verificar também como se dá o trabalho com noções de cidadania, respeito, consciência ética, direito de todos de ir e vir dentro do trânsito.

Se a escola trabalha desde os primeiros anos de escolarização a Educação para o Trânsito contribuirá para a construção de uma cultura de respeito às normas de trânsito, de valorização da vida. Ou seja, estará oportunizando a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e de suas responsabilidades, tanto agora, enquanto crianças, quanto no futuro, quando se tornarem adultos.

Falta uma articulação maior, isso em relação a todas as esferas que existem na sociedade, e que devem trabalhar de maneira efetiva estas questões de cidadania, como é o caso do trânsito, que precisa ser considerado como uma prioridade em todos os modelos de gestão pública.

Principalmente por parte dos gestores públicos, que nem sempre se mostram preparados para solucionar os problemas recorrentes, e também, como existe a necessidade de se investir de maneira mais efetiva em materiais (Almeida Sobrinho, 2012).

Em outras palavras, tudo o que pode significar algum tipo de risco a integridade física das pessoas, necessita ser evitado, locais onde não existe um planejamento, com sinalização ruim, ruas esburacadas, ou seja, com a malha asfáltica deteriorada, e que podem contribuir muito para que algum tipo de acidente aconteça.

Corroborando com isso, o PNATRANS se fundamenta em seis "Pilares" para a promoção da segurança viária sendo eles a educação para o trânsito - ações que visam informar e conscientizar a sociedade sobre as normas e condutas adequadas no trânsito, com foco na valorização da vida e da segurança viária; as Políticas públicas - ações governamentais e regulatórias para promover a segurança viária, como a melhoria da infraestrutura e fiscalização de trânsito; a Gestão da segurança viária - organização e coordenação de ações e políticas públicas relacionadas à segurança viária, incluindo a supervisão e a análise de dados e espaços públicos; Infraestrutura.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Fato é que até 2010, o cenário do trânsito do país era muito ruim, porém, treze anos depois, mesmo com todo o trabalho que os policiais realizam, assim como ações sociais que são idealizadas, o cenário se encontra ainda mais caótico.

Investimentos para o adequado planejamento e execução da infraestrutura viária, incluindo pavimentação, sinalização e iluminação de vias; a Fiscalização e aplicação da lei - ações de repressão e punição a condutas inadequadas de trânsito; e o Atendimento pré-hospitalar e hospitalar aprimoramento do atendimento médico pré-hospitalar ao acidentado e do atendimento hospitalar, para oferecer assistência adequada a feridos e reduzir a mortalidade no trânsito (Martins, 2020).

Nesse interim pelo levantamento bibliográfico se constata que o trânsito e especial aquele seguro é um dos maiores desafios a sociedade atual, pois nesse mundo competitivo se torna cada vez mais difícil dissociá-lo da vida cotidiana das pessoas que estão sempre com pressa e dessa forma independentes do lugar, muitos problemas permanecem, porém devem ser enfrentados visando sua diminuição e daí o papel da escola quanto formadora de opinião e espaço de reflexão.

Portanto, há um aspecto de intersecção entre as forças de segurança pública, permeadas por um exclusivo objetivo: defender a sociedade, manter a ordem, estabelecer mecanismos e diretrizes sociais para o cumprimento da Constituição, no âmbito dos deveres e direitos.

Neste aspecto, a ação ostensiva de policiamento para o controle da ordem é um dos caminhos que se estabelecem tanto no aspecto preventivo, quando no aspecto repressivo, a depender da situação apresentada à sociedade. Isso caracteriza para a população um estado de bem social, já que contam com os profissionais da segurança pública, divididos em seus diversos espaços e contribuições, para a proteção social (Martins, 2020).

Outra sugestão é a de aplicar palestras voltadas aos motoristas das empresas, das ONGs, do governo assim por diante, e esta ideia pode ser ampliada através dos sindicatos, pelo qual podem solicitar que a empresa inclua dentro dos treinamentos das empresas uma palestra ou outra atividade que aborde sobre uma sociedade com trânsito mais seguro.

As mortes no trânsito compõem uma das grandes problemáticas sociais e propõe a busca de soluções desafiadoras envolvendo paradigmas sociais e isso se torna ainda mais categórica à análise, pois o homem tem grande necessidade de se locomover e assim é imprescindível a utilização das vias públicas e o trânsito é um ponto importante de junção de vários grupos, segmentos e atores sociais além de ser um grande catalisador econômico na produção e circulação de bens de consumo e outras mercadorias (Rossato, 1996).

Além de o município investir na contratação de profissionais para atuarem no trânsito, os já citados anteriormente agentes de trânsito, para a realização do patrulhamento e fiscalização nas ruas, observando de maneira criteriosa como evitar que problemas no deslocamento das pessoas venham a ocorrer (Rizzardo, 2007).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

Os trajetos percorridos diariamente, até mesmo para alcançar prestações básicas de serviços, como escola, lazer e saúde, demandam a indispensabilidade de condições favoráveis para tanto, sob pena de se mostrarem ineficazes por si mesmas.

São diversas as funções das Polícias Militares. Estas atuam em diferentes áreas, sempre em prol da segurança das pessoas, possuindo um papel de suma importância para a preservação da ordem e incolumidade das pessoas dentro do território brasileiro, por meio do policiamento ostensivo preventivo, protegendo as pessoas contra a realização de atos criminosos previstos no Código Penal e em leis especiais, como o CTB, garantindo a proteção dos usuários do trânsito na circulação das vias brasileiras.

Os projetos que englobam a pluralidade de questões referentes ao trânsito envolvem situações como o crescimento populacional, a migração da população rural para os grandes centros urbanos, as mudanças sociais e individuais, questões como cidadania, ensino-aprendizagem, ética, comunicação, educação de crianças, jovens e adultos, entre outros, que demanda como dissemos anteriormente abordagens de forma interdisciplinar, onde as disciplinas contribuem com o conhecimento logo produzido e se incorpora às outras na produção de novos conhecimentos.

As políticas de transporte e trânsito constituem instrumentos muito importantes para a definição das condições de vida na cidade. Entender essas políticas e suas consequências é essencial para avaliar como decisões passadas influenciaram as condições atuais, como a infraestrutura de transportes e o ambiente de circulação foram construídos e como as pessoas podem usá-los (Rozestraten, 1996, p. 44).

Quando a criança e o adolescente são orientados desde muito cedo, e também quando a criança ouve o mesmo diálogo tanto em casa quanto na escola, aumenta a probabilidade de ela se tornar um adulto mais consciente, essa é a visão que os gestores públicos devem adotar (Kriger, 2016).

2 CONSIDERAÇÕES

O presente artigo destacou a importância de haver um planejamento e um modelo de gestão pautadas na cidadania, e em valores exponenciais a formação de um conceito de coletividade, e por essa razão, é de extrema importância que se pense na oferta de atividades que possam culminar com a conscientização da população em todas as faixas etárias.

Isso pelo fato de que muitas vidas são perdidas no trânsito nacional todos os anos, e uma parte significativa poderia ser evitada, se houvesse uma infraestrutura melhor e mais conhecimento e prática por parte das pessoas, nesse sentido, existem ainda inúmeras possibilidades de se realizar um trabalho de qualidade, isso no sentido de reflexão.

O Código de Trânsito Brasileiro definiu o que seria o policiamento ostensivo de trânsito, função exercida pelas polícias militares, buscando prevenir e reprimir de atos que afrontam a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

segurança pública e garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes.

Ressalta-se que a polícia ostensiva, no caso a polícia militar, é aquela na qual seu agente é facilmente reconhecido pelo padrão do seu uniforme, equipamento, armamento e viaturas. A execução da fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, juntamente com os demais agentes credenciados.

A questão dos acidentes de trânsito, especialmente tratada como caso de saúde pública, diante da ascensão dos números de registros, tem sido objeto de discussão em diversos setores do conhecimento, já que representa uma problemática advinda do crescimento das cidades e das transformações urbanas, que necessitam atender as necessidades que a sua população apresenta, e por essa razão, melhorias devem sempre serem realizadas.

O trabalho pode ser realizado inicialmente pelas instituições de ensino, para que os estudantes já apresentem uma noção mais abrangente sobre o que é trânsito, seu real nível de importância, e quais a ação que cada indivíduo pode realizar, pensando no bem da coletividade.

Constata-se que no Brasil existem inúmeros textos legais que regulamentam as atividades no trânsito. Percebe-se a existência de alguns escritos legislativos, que esclarecem suas características, buscando maior gama de fiscalização e educação preventiva de motoristas e pedestres.

O presente artigo de uma maneira geral, buscou refletir sobre as dinâmicas de atuação do policial militar, em suas mais diversas frentes de missão social. Particularmente, uma ênfase em como o policial atua como agente de trânsito, em quais aportes legais e diretrizes se acampa e quais as contribuições deste profissional para a segurança pública nas comunidades.

O trânsito brasileiro assim como de outros países constitui-se em temas variados que permitem um trabalho envolvendo a interdisciplinaridade e outras várias possibilidades didáticas a serem exploradas. O que pode contribuir para melhor compreensão tanto de nosso cotidiano como de outros a nível local, regional, nacional também internacional como incentivo a discussões sociais, políticas, antropológicas etc.

Ações educacionais devem ser idealizadas, assim como a necessidade de haver uma fiscalização mais intensa e uma maior punição a todos aqueles que não apresentam condições de circular e assim, colocam em risco a segurança dos demais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SOBRINHO, J. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ANDRADE FILHO, G. M. **A gestão municipal do trânsito**: livro digital. Palhoça: Unisul virtual, 2015.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

ARAÚJO, J. **Código de trânsito brasileiro anotado e comentado**. 6 ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2016.

CNT-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Educação e segurança de trânsito**: os recursos do Funset têm sido efetivamente aplicados nas suas finalidades? Transporte em Foco. Brasília: CNT, jul. 2022.

CONCEIÇÃO, G. F. Educação para o trânsito: um estudo desenvolvido na Escola Municipal Sadao Watanabe. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 2, p. 133-141, jun./jul. 2015.

CONTRAN. Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução n.º 50, de 21 de maio de 1998**. Estabelece os procedimentos necessários para o processo de habilitação, normas relativas à aprendizagem, autorização para conduzir ciclomotores e os exames de habilitação. Brasília – DF: Contran, 1998.

CONTRAN. Departamento Nacional de Trânsito – Denatran. **Resolução nº 514 do Contran**. Brasília – DF: Contran, 2014.

CRISTO, F. **Psicologia e Trânsito**: reflexões para pais, educadores e (futuros) condutores. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

DATASUS. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1997.

GOMES, O. S. **Código de trânsito brasileiro comentado e legislação complementar**. 12. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

GUIMARÃES, D. T. **Dicionário Técnico Jurídico**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

KRIGGER, I. I. M. **O sistema trânsito**: livro digital. Palhoça: Unisul Virtual, 2016.

LAMOUNIER, R. Avaliação psicológica no trânsito: perspectiva dos motoristas. **Psic. [online]**, v. 6, n. 1, jun. 2005.

MARTINS, J. A **Educação de Trânsito**: campanhas educativas nas escolas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

MASSON, N. **Manual de direito constitucional**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

MEIRELLES, M. R. (coord.) **Manual de educação para o trânsito**. 2. ed. Brasília: ABDETRAN, 1996.

MELLO, A. **Condutor defensivo teoria e prática**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

PARANÁ. **Lei n. 16.575, de 28 de setembro de 2010**. Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas de legislação federal e estadual. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, PR, n. 8.314, 29 set. 2010.

QUEIROZ, M. Acidentes de trânsito: uma análise a partir da perspectiva das vítimas em Campinas. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2003.

RESENDE, L.; FERREIRA, W. R. Mobilidade urbana: diferentes visões de apropriação do espaço. *In: Geografia e Pesquisa qualitativa*: nas trilhas da investigação (Org). Uberlândia: Assis Editora, 2009.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO
Allan Paulo Bassaco Sacchelli

RIZZARDO, A. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

ROSSATO, R. **Século XX: urbanização e cidadania**. Santa Maria, RS: Palotti, 1996.

ROZESTRATEN, R. J. A. **Os sinais de trânsito e o comportamento seguro**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto Editores, 1996.